



Prefeitura de Capelinha - MG
Assistente Administrativo

PORTUGUÊS

Compreensão de texto literário ou informativo: Procedimentos de Leitura: Localizar uma informação apresentada pelo texto e identificar seu sentido global; Saber o sentido de uma palavra ou expressão, por meio da construção de inferências, além perceber a intenção de um autor e distinguir entre um fato e uma opinião; Compreensão do texto: implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador. Interpretar textos que associam linguagem verbal e não verbal ou simplesmente textos não verbais. Reconhecer diversos gêneros textuais.....	1
Relação entre textos: Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema.....	20
Coerência e coesão no processamento do texto: Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.; Estabelecer relações entre elementos e partes do texto considerando: causa/consequência, mecanismos de concordância verbal e nominal repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Identificar a tese do texto e estabelecer suas relações com os argumentos de sustentação. Diferenciar as partes principais e secundárias em um texto.....	20
Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido: Identificar efeitos e ironia ou humor nos textos; reconhecer efeito de sentido decorrente da escolha de palavras ou expressões, do uso de pontuação e outras notações, de recursos ortográficos e morfossintáticos.....	23
Variação linguística: Identificar marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.....	23
Conhecimentos Linguísticos: Fonética: fonemas, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, sílabas, tonicidade.....	24
Morfologia: a estrutura da palavra, formação de palavras, as classes de palavras.....	25
Ortografia: emprego das letras, acentuação gráfica.....	39
Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.....	42
Sintaxe: os termos da oração, as orações no período composto.....	47
Concordância verbal e nominal.....	54
Regência verbal e nominal.....	56
Ocorrência da crase.....	59
Colocação de palavras.....	60
Semântica: sinonímia e antonímia, homografia, homofonia, paronímia, polissemia.....	63
Exercícios.....	64
Gabarito.....	76

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação	1
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União	13
Números decimais. Valor absoluto	22
Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais	25
Verdades e Mentiras: resolução de problemas	40
Sequências (com números, com figuras, de palavras)	43
Análise combinatória e probabilidade	45
Problemas envolvendo raciocínio lógico	51
Exercícios	54
Gabarito	63

CONHECIMENTOS GERAIS

História, Geografia	1
Ciências de 1º grau	5
Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Artísticas e Social, Econômica, Ecológicas, Esportiva, Científica, Cultura, Educação, Política, Qualidade de Vida e Lazer, Meio Ambiente, Justiça, Religiosa, Segurança Pública, Saúde, Tecnológica, Turismo do Município, do Estado, do Brasil e do Mundo	5
Noções de Cidadania	65
Símbolos nacionais, estaduais e municipais	67

INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle), Organização de pastas e arquivos, Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear)	1
Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão, Criação e manipulação de tabelas, Inserção e formatação de gráficos e figuras	29
Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão, Utilização de fórmulas, Formatação condicional, Geração de gráficos	38

SUMÁRIO



Internet: Conceitos e arquitetura, Utilização dos recursos WWW a partir dos Web Browsers, Internet Explorer e Netscape, Produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (e-mail)	46
Sistemas de Informação: Características e componentes, Recursos de hardware e software, aplicações.....	55
Exercícios	60
Gabarito.....	65

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos gerais de Administração Pública: Constituição da República Federativa do Brasil.....	1
Lei de Licitações Lei nº 14.133/2021.....	10
Noções de arquivo.....	80
Departamentalização e Descentralização	110
Almoxarifado.....	111
gestão de estoques	114
Atendimento ao cidadão.....	123
Atitudes no trabalho.....	127
Satisfação no trabalho.....	128
Trabalho em equipe.....	130
Comunicação interpessoal e organizacional.....	134
Conflito. Negociação	137
Estrutura Organizacional	138
Formulários.....	151
Análise e distribuição do trabalho.....	153
Manuais de organização	155
Redação de documentos oficiais e textos empresariais	156
Noções de políticas e práticas de Recursos Humanos e Estrutura Organizacional ...	174
Exercícios	178
Gabarito.....	191

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



Raciocínio Lógico

PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**



Conhecimentos Gerais

A decadência da mineração em Minas Gerais, ao final do século XVIII, foi um dos fatores que desencadearam a expansão do povoamento do território mineiro. Assim, no limiar do século XIX, muitos eram os que vendiam parte de seus escravos na região de Minas Novas para se internarem pelas matas nas adjacências de Alto dos Bois e vales dos rios Doce e Mucuri, com o objetivo de aí se estabelecerem com fazendas de criação de gado e lavouras em geral.

Em 1801, Manuel Luiz Pego se instalou nas proximidades de um córrego localizado no atual município de Capelinha e que hoje tem o seu nome. As terras que pretendia ocupar, em uma grande extensão, faziam limites com outras terras ocupadas pelos temíveis índios Botocudos, amplamente espalhados pelo vale do rio Doce. Em 1808, estando no Brasil, D. João VI (rei de Portugal) instituiu uma lei declaratória de guerra ofensiva contra a nação dos índios Botocudos, com a finalidade de exterminá-los e explorar as riquezas existentes em suas terras. Para tanto o rei criou Divisões Militares em todo o vale do rio Doce e perseguiu cruelmente as tribos. Acuada, os índios debandaram-se em direção principalmente do Mucuri e Jequitinhonha. Nessa sua fuga, por onde passavam vingavam-se dos colonos, ora tirando-lhes a vida e a de seus familiares, ora incendiando roças e pastos. Manuel Luiz Pego, ao tomar conhecimento dessa debandada dos índios, retirou-se da fazenda há pouco estabelecida e, juntamente com os familiares e amigos, instalou-se às margens do córrego Areão, exatamente onde se encontra hoje a cidade de Capelinha.

Após a morte de Manuel Luiz, provavelmente em 1812, seu filho Feliciano Luiz Pego recebeu por herança a fazenda do córrego Areão. Nesse mesmo ano, mandou construir uma humilde capela dedicada a Nossa Senhora da Graça. As pessoas da região começaram então a denominar a fazenda de Capelinha de Nossa Senhora da Graça ou Senhora da Graça da Capelinha. Muitos moradores foram se mudando para as proximidades, fazendo nascer o arraial, que se desmembrou de Minas Novas, pela Lei n.º 566, de 30 de agosto de 1911. A instalação do município, porém, só se deu a 24 de fevereiro de 1913, daí ser esta a data máxima que se comemora em Capelinha. Não havia nessa ocasião o regime de Prefeituras, só instituído em 1930 por Getúlio Vargas, e os municípios eram administrados por um Agente Executivo Municipal. O primeiro Agente Executivo foi o senhor Antônio Pimenta de Figueiredo. O primeiro Prefeito Municipal, nomeado após a Revolução de 1930, foi o senhor Jacinto José Ribeiro.

O município de Capelinha localiza-se na região nordeste de Minas, no Vale do Jequitinhonha, tendo como base econômica a agricultura e o comércio. Seu principal produto de exportação é o café. Capelinha polariza uma microrregião constituída dos municípios de Minas Novas, Leme do Prado, Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Turmalina, Veredinha, Itamarandiba, Carbonita, Aricanduva, Água Boa, e Angelândia. É sede da 37.ª Delegacia Regional de Segurança Pública, de residência do DER e Escritório Regional da EMATER.

O município de Capelinha localiza-se no alto Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, nas nascentes do Rio Fanado, afluente do Rio Araçuaí. O relevo municipal pertence às escarpas rochosas dos compartimentos da Serra do Espinhaço e chapadões do Planalto Cristalino, sendo que o município atinge as fraldas da Serra da Noruega. Sua sede municipal situa-se nas coordenadas 17°45'18" de latitude sul e 42°28'15" de longitude pelo Meridiano de Greenwich, numa altitude de 840 metros, a 286 Km em linha reta de Belo Horizonte. Tem como limites, a leste, o município de Angelândia, a oeste, Itamarandiba; ao sul, Água Boa e São Sebastião do Maranhão; ao norte, Minas Novas e Turmalina; a noroeste, Veredinha e a sudoeste, Aricanduva. Sua área total é de 965,37 Km².

Cerca de 25% do território municipal possui relevo montanhoso, alcançando uma altitude máxima de até 1.210 metros na Serra de Noruega e a mínima de 379 metros nos vales dos rios Itamarandiba e Fanado; 40% das terras são onduladas e 35% do território são constituídos de terrenos planos que incluem vastos planaltos ou chapadões, cobertos de campos naturais (cerrado, cerradinho capoeira, etc.), florestas plantadas e lavouras de café. Na porção sul do município encontram-se resquícios de mata atlântica.

A rede hidrográfica apresenta como mananciais de maior destaque os rios Itamarandiba, Fanado, São Lourenço e os ribeirões Fanadinho, Sena e dos Francisco. O rio Itamarandiba e o Ribeirão São Lourenço definem os limites dos municípios de Capelinha e Itamarandiba.

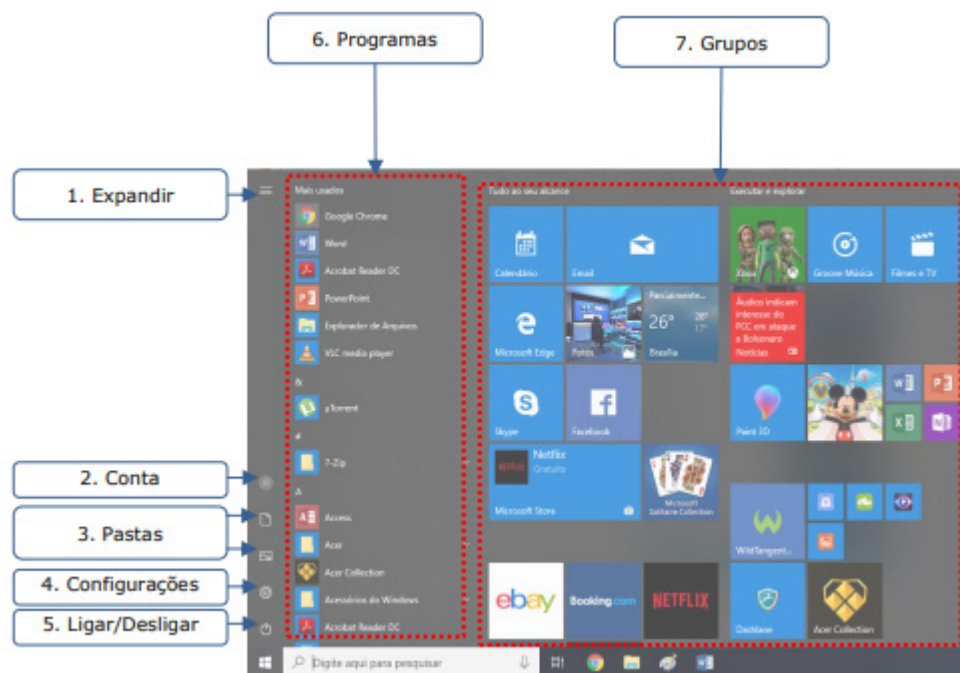


Informática

— Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

– **Expandir:** botão utilizado para expandir os itens do menu.



Conhecimentos Específicos

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

– Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, § 4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa: